



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



EDITAL DE LICITAÇÃO SIGA Nº TRF2-EDT-2024/00127 de 16 de julho de 2024

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua Acre, 80 – sala 1704 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: (21) 2282-8682 / 2282-8016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90066/24

Proc. nº (TRF2-EOF-2024/00077)

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00547 de 27/11/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio **www.gov.br/compras**. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 02/08/2024

Horário (de Brasília): 14:00 horas

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência, Especificações Técnicas;

Anexo II – Planilha de Custos e Formação de Preços;

Anexo III - Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021

Classif. documental

00.01.01.17



Anexo IV - Declaração de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução 9 de 06.12.2005 do CNJ;

Anexo V - Declaração conforme Res. nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça;

Anexo VI - Declaração de acordo com o inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nº 9 de 06/12/2005 e 229 de 22/06/2016 do CNJ;
PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO 2

Anexo VII - Modelo Planilha BDI;

Anexo VIII - Cronograma Físico Financeiro;

Anexo IX - Plantas;

Anexo X - Minuta do Contrato Administrativo

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada para instalação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), no prédio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, situado à rua Visconde de Inhaúma, 68 – Centro – Rio de Janeiro/RJ**, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e deverá ser adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.1.1 - Poderão participar deste Pregão **exclusivamente** microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 (artigo 4º, caput, da Lei nº 14.133/2021), previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.1.1.1 – A obtenção dos benefícios contemplados na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.



2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabela de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no **(VALOR TOTAL)**, conforme modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II, deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.1.6 - Preços unitários e totais do objeto, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II deste Edital;

5.1.6.1 - Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



5.1.6.1.2 - Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo constante do Anexo VII deste Edital, após as alterações pertinentes;

5.1.6.1.3 – Cronograma físico-financeiro, conforme modelo constante do Anexo VIII deste Edital.

5.1.7 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao serviço deverão estar incluídas no preço proposto.

5.1.8 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.9 - **Prazo de execução**, que deverá ser de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias a contar do 1º dia subsequente à data do recebimento do Termo de Início dos Serviços.

5.1.10 - **Prazo de garantia**, será de, no mínimo, 01 (um) ano, contado a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo sobre quaisquer defeitos provenientes de erros e /ou omissões, mesmo aqueles decorrentes de erros de concepção, matéria-prima, fabricação, inspeção, ensaios, embalagem, transportes, manuseios, montagem, comissionamento, treinamentos, etc., excluindo-se, todavia, danos ou defeitos decorrentes do desgaste de uso anormal e influências externas de terceiros não imputáveis à Contratada.

5.1.10.1 – Durante o período da garantia, a Contratada responderá por todos os problemas com os equipamentos e intermediará o processo com os fabricantes.

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.10, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do Sistema *Compras.gov.br*.

5.3.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O Pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.

5.4 – Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.



TRF2EDT202400127A

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos/serviços no *compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.3.1 - Nesta hipótese, será facultado à licitante o prazo de até 5 (cinco) dias, contados da intimação, para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.



6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes aos valores estimados pelo TRF 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - Considerar-se-á inexequível a proposta na qual não tenha sido demonstrada a viabilidade da execução do objeto por meio de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os de mercado.

6.9 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.10 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **(VALOR TOTAL)**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.



7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **(R\$ 100,00 (cem reais))**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, após realizado o procedimento previsto no item 8, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.



7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR (VALOR TOTAL)**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.3.1 - Na hipótese do certame não ser exclusivo para microempresa ou empresa de pequeno porte, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma;

8.3.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora;

8.3.3 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.3.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.3.5 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação,



ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.3.6 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123 /2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.5 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o seguinte critério de desempate:

8.5.1 - Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.6 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.6.1 - Empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.6.2 - Empresas brasileiras;

8.6.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.6.4 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.7 – Tendo em vista que os incisos II a IV do artigo 60 da Lei nº 14.133/21, que trata dos critérios de desempate, ainda dependem de maior regulamentação, fica estabelecido que, aplicado o inciso I do referido artigo e persistindo o empate, serão as empresas convocadas para um sorteio eletrônico, a ser realizado no site <https://sorteador.com.br>. Para tal o pregoeiro, no chat, informará a data, horário e local para possibilitar a presença dos interessados.

8.7.1 – Ainda que não haja o comparecimento de interessados, o sorteio eletrônico ocorrerá na data e horários previamente marcados.

8.7.2 – O relatório do sorteio eletrônico será anexado aos autos do processo administrativo e divulgado aos licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal.



8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os demais procedimentos previstos neste item 8, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR (VALOR TOTAL)**, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - A Administração poderá disponibilizar protótipo do objeto licitado e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras da licitante provisoriamente vencedora, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar o contrato.

8.15 - O pregoeiro, constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.16 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



9.1 - Como condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

d) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019 e 103/2021);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei.



9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inhabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, que ateste que a mesma executou serviços de instalação de SPDA;



9.5.1.1.1 - Para efeito da comprovação de capacitação técnico-operacional, não será admitida apresentação de atestados em nome de empresas subcontratadas.

9.5.1.1.2 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.1.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.2 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.2.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.5.2.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.5.3 - Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo expedida pelo CREA, CAU ou pelo CFT/RJ, comprovando a habilitação na área elétrica.

9.5.3.1 - Um dos responsáveis técnicos arrolados na certidão supra deverá ser engenheiro eletricista ou eletrotécnico.

9.5.3.2 - No caso de a empresa licitante ou responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA, CAU ou no CFT do Estado do Rio de Janeiro, deverão ser providenciados os respectivos vistos desses órgãos regionais por ocasião da assinatura do Contrato.

9.5.4 - Capacitação técnico-profissional - Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da licitação, 01 (um) profissional de nível superior na área de engenharia elétrica, detentor de atestado de responsabilidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA da região onde os serviços foram executados, ou 01 (um) profissional de nível superior na área de arquitetura, detentor de registro de responsabilidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CAU da região onde os serviços foram executados, ou 01 (um) profissional de nível técnico, detentor de termo de responsabilidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado pelo CRT da região onde os serviços foram executados, comprovando a execução de serviços de instalação de SPDA.



9.5.4.3 O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato /estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.

9.5.4.4 Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da qualificação técnica deverão participar da execução do objeto desta licitação.

9.5.4.5 - No decorrer da execução dos serviços, o (s) profissional (ais) de que trata este subitem poderá (ão) ser substituído (s) por profissional (ais) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.5.5 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

10 - VISTORIA

10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura do Edital, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, sanar todas as dúvidas técnicas e tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

10.2 - As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00, devendo ser previamente agendadas com o setor SEMAUT, pelos telefones (21) 2282-8233 ou pelo e-mail semaut@trf2.jus.br.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF 2ª Região para o corrente exercício.

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
(02.122.0033.219Z.6013)	(228.351)	(4.4.90.51.91 e 4.4.90.51.92)



12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

12.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

12.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2 - A falta de manifestação imediata da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro aceitar a proposta e habilitar a licitante vencedora.

13.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.



14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

14.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

14.2 - A convocação de que trata o subitem 14.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

14.3 - No ato da assinatura do Contrato/retirada da nota de empenho, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

14.4 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

14.5 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

14.6 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Contrato/Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

14.7 - Ressalvadas as hipóteses de atraso por culpa da Contratada, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato.

14.7.1 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.7.2 - Em caso de culpa da contratada, será a empresa constituída em mora, sendo aplicáveis as respectivas sanções administrativas, podendo o TRF - 2ª Região optar pela extinção do contrato, adotando, neste caso, as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



14.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

14.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato ou recebimento da nota de empenho.

14.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

14.10 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

14.10.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

15.1.1 - Provisoriamente - pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico

15.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

15.1.2.1 - O atesto será lavrado na mesma data do recebimento definitivo, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas



15.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designados na forma estabelecida no subitem 15.5 deste edital, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos.

15.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

15.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

15.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

15.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF - 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

15.5 - Após a celebração do contrato, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer seu acompanhamento e fiscalização

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 – O pagamento será efetuado através de medições mensais dos serviços efetivamente executados pela empresa e aceitos pela Fiscalização, de acordo com os preços unitários constantes na planilha de preços apresentada pela empresa, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

16.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

16.1.1.1 - A CONTRATADA apresentará, com antecedência de 05 (cinco) dias úteis, previsão de medição no período para aprovação da fiscalização



16.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

16.1.4 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

- 16.2.1. Carta de apresentação da Cobrança;
- 16.2.2. Documento Fiscal Hábil;
- 16.2.3. Boletim de Medição;
- 16.2.4 . Memória de cálculo da medição;
- 16.2.5. Registro fotográfico dos serviços executados.

16.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nºs 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

16.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

16.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 15.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.



16.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

17 - DAS SANÇÕES

17.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

17.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

17.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5 - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

17.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

17.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



17.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.8, 17.1.9, 17.1.10, 17.1.11 e 17.1.12 acima, bem como nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.2.2.

17.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.2.4 - Multa:

17.2.4.1 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

17.2.4.2 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

17.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

17.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

17.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial.



17.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,5% e 30%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

17.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

17.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

17.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



17.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

17.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

18.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

18.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

18.3 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

18.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

18.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

18.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.



18.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

18.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

18.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 18.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

18.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.

- assinado eletronicamente -
FERNANDA DE ANDRADE VECCHI
Coordenador(a)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº TRF2-TER-2024/00360

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

1.1.1. OBJETO

1.1.1.1. Contratação de empresa especializada para instalação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), no prédio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, situado à rua Visconde de Inhaúma, 68 – Centro – Rio de Janeiro/RJ.

1.1.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer de todo o material e mão de obra necessária para a execução do objeto deste termo de referência.

1.1.2.2. Consideram-se incluídos nos itens, todos os materiais, mão-de-obra especializada, equipamentos, materiais de miscelâneas (arruelas, buchas, parafusos e etc), reconstituições e outros serviços necessários, mesmo que não explicitamente descritos nesta especificação, porém indispensáveis para a perfeita conclusão do serviço.

1.1.2.3. Serão realizadas as instalações dos sistemas de captação, descidas e interligação ao aterramento do SPDA, bem como teste de continuidade, conforme especificações dos projetos e materiais anexos ao edital.

1.1.2.4. O serviço de teste de continuidade deverá ser realizado por profissional habilitado e capacitado, em conformidade com as exigências normativas da NBR 5419.

1.1.2.4.1. A CONTRATADA deverá apresentar certificado de calibração válido, em laboratório acreditado pelo Inmetro, do instrumento a ser utilizado no teste de continuidade.

1.1.3. FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1.1.3.1. Será realizada a reunião de início dos serviços entre a contratada e a fiscalização, no local dos serviços, para esclarecimento dos critérios, condicionantes, conteúdo dos documentos e etc., que deverão ser observados na produção dos serviços e dos demais procedimentos da fiscalização. Nesta reunião, deverão estar presentes o preposto e os membros da equipe técnica da CONTRATADA para emissão do Termo de Início de Serviços.

1.1.3.1.1. Condições para emissão do Termo de Início dos Serviços:

1.1.3.1.1.1. Apresentação da designação formal do Preposto;

1.1.3.1.1.2. Apresentação de ART, RRT ou TRT, referente à execução dos serviços, emitida por profissional legalmente habilitado.

1.1.3.2. Os serviços serão realizados de modo a não interferir no desenvolvimento das atividades cotidianas deste Tribunal. Os serviços que produzam ruídos ou odores fortes deverão ser executados fora do horário de expediente do TRF2.

1.1.3.3. A CONTRATADA deverá garantir que a mão de obra empregada na execução dos serviços será de primeira qualidade conduzindo a um ótimo resultado, acabamento e aparência, sendo as tolerâncias, ajustes e métodos de fabricação compatíveis com as melhores práticas modernas aplicáveis a cada caso.

1.1.3.4. A CONTRATADA deverá garantir que todos os materiais, equipamentos, componentes e acessórios sejam novos, de alto grau de qualidade, em conformidade com os padrões normativos nacionais e internacionais aplicáveis, e que entrarão em operação em plenas condições de funcionamento.

1.1.3.5. A CONTRATADA deverá garantir que serão prontamente reparados e substituídos, a sua própria custa, todos os serviços e equipamentos ou componentes de

Classif. documental

30.01.01.01



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 11/07/2024 às 16:42:38.
Documento Nº: 4163544-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4163544-7083>

SIGA



TRF2TER202400360A



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:31:50.
Documento Nº: 4038852.36446164-8706 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446164-8706>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

sistemas que acusarem defeitos ou quaisquer anormalidades no funcionamento durante o período de garantia.

1.2 PRAZO DE VIGÊNCIA/PRAZO DE ENTREGA:

1.2.1. O prazo de execução será de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do 1º dia subsequente à data do recebimento do Termo de Início dos Serviços.

1.3 PRAZO DE GARANTIA/PRAZO DE VALIDADE:

1.3.1. O prazo de garantia dos serviços é de 01 (um) ano, contado a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo sobre quaisquer defeitos provenientes de erros e /ou omissões, mesmo aqueles decorrentes de erros de concepção, matéria-prima, fabricação, inspeção, ensaios, embalagem, transportes, manuseios, montagem, comissionamento, treinamentos, etc., excluindo-se, todavia, danos ou defeitos decorrentes do desgaste de uso anormal e influências externas de terceiros não imputáveis à Contratada.

1.4 CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PERÍODO DE GARANTIA:

1.4.1. Durante a fase da garantia, a CONTRATADA responderá por todos os problemas com equipamentos e intermediará o processo com os fabricantes.

1.5 APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - REGRAS:

1.5.1. Não se aplica.

1.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.6.1. De acordo com o disposto na Lei nº 14.133, de 01/04/2021, as licitantes deverão apresentar a documentação a seguir a título de comprovação de sua qualificação técnica para a execução do objeto:

1.6.1.1. Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo respectivo conselho de classe, comprovando a habilitação na área elétrica e o seu quadro atual de responsáveis técnicos.

1.6.1.1.1. Um dos responsáveis técnicos arrolados na certidão supra deverá ser engenheiro eletricista, arquiteto ou eletrotécnico.

1.6.1.1.2. No caso de a empresa licitante ou responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA, CAU ou CFT do Estado do Rio de Janeiro, deverão ser providenciados os respectivos vistos desses órgãos regionais por ocasião da assinatura do Contrato.

1.6.1.2. Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

1.6.1.2.1. Capacitação técnico-profissional - Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da licitação, 01 (um) profissional de nível superior na área de engenharia elétrica, detentor de atestado de responsabilidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA da região onde os serviços foram executados, ou 01 (um) profissional de nível superior na área de arquitetura, detentor de registro de responsabilidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CAU da região onde os serviços foram executados, ou 01 (um) profissional de nível técnico, detentor de termo de responsabilidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado pelo CRT da região onde os serviços foram executados, comprovando a execução de serviços de instalação de SPDA.



TRF2TER202400360A



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 11/07/2024 às 16:42:38.
Documento Nº: 4163544-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4163544-7083>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:31:50.
Documento Nº: 4038852.36446164-8706 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446164-8706>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

- 1.6.1.2.1.1. O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.
- 1.6.1.2.1.2. Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da qualificação técnica deverão participar da execução do objeto desta licitação.
- 1.6.1.2.1.3. No decorrer da execução dos serviços, o (s) profissional (ais) de que trata este subitem poderá (ão) ser substituído (s) por profissional (ais) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- 1.6.1.2.2. Capacitação técnico-operacional - comprovação através de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, que ateste que a mesma executou serviços de execução de serviços de instalação de SPDA.
- 1.6.1.2.3. Para efeito da comprovação de capacitação técnico-operacional, não será admitida apresentação de atestados em nome de empresas subcontratadas.

1.7 VISTORIA:

- 1.7.1. A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura do Edital, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, sanar todas as dúvidas técnicas e tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.
- 1.7.2. As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00, devendo ser previamente agendadas com o setor SEMAUT, pelos telefones (21) 2282-8233 ou pelo e-mail semaut@trf2.jus.br.

1.8 METAS FÍSICAS:

- 1.8.1. Fornecer proteção adequada, conforme a norma NBR 5419/2015.
- 1.8.2. Melhoria da confiabilidade da edificação e segurança das pessoas em seu interior.
- 1.8.3. Assegurar a continuidade dos serviços prestados por esta Corte, em consonância com seus objetivos e metas estratégicas;

1.9 LOCAL DE ENTREGA/LOCAL DE EXECUÇÃO:

- 1.9.1. Os serviços serão executados no prédio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, situado à rua Visconde de Inhaúma, 68 – Centro – Rio de Janeiro/RJ.

1.10 CONDIÇÕES ESPECIAIS DE RECEBIMENTO:

- 1.10.1. Não se aplica.

1.11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 1.11.1. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), referente à execução dos serviços, emitida por profissional legalmente habilitado, recolhendo a respectiva taxa no prazo máximo de 7 (sete) dias após a assinatura do contrato.



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 11/07/2024 às 16:42:38.
Documento Nº: 4163544-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4163544-7083>

3



TRF2TER202400360A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:31:50.
Documento Nº: 4038852.36446164-8706 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446164-8706>



TRF2EDT202400127A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.11.2. Nos trabalhos desenvolvidos nas dependências deste Tribunal, assegurar a integridade física, isenta de riscos, das instalações e equipamentos já existentes ou executados na edificação, providenciando, onde necessário, a embalagem dos mesmos. Ao final dos serviços a CONTRATADA deverá entregar os locais onde se desenvolveram os serviços devidamente limpos e recuperados.

1.11.3. A empresa deverá manter, no local dos serviços, livro de registro diário onde serão anotadas todas as atividades realizadas, o número de profissionais alocados pela contratada e eventuais ocorrências que venham afetar o andamento dos serviços. Os dias improdutivos deverão ser registrados no diário, indicando-se o percentual de improdutividade.

1.11.4. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, os serviços ou materiais que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções. Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus para a Contratante.

1.11.5. Submeter à aprovação prévia da CONTRATANTE todas as substituições dos materiais por outros materiais equivalentes (mesma função e desempenho técnico), podendo o CONTRATANTE determinar a troca de material ou equipamento equivalente instalado não aprovado previamente;

1.11.6. Permitir o livre exercício da fiscalização credenciada pelo Tribunal. O exercício da fiscalização pelo Tribunal Regional Federal não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

1.11.7. Facilitar a inspeção dos materiais e serviços por parte da fiscalização, facultando a esta o acesso aos depósitos ou qualquer outra dependência que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto do contrato.

1.11.8. Arcar com todas as despesas decorrentes de eventual execução dos trabalhos, quer com insumos, quer com mão de obra, inclusive em horário extraordinário (diurno, noturno, domingos e feriados), inclusive com iluminação, instalações e equipamentos necessários à plena execução dos serviços contratados, bem como todos os testes e inspeções técnicas necessárias à aceitação e recebimento dos mesmos;

1.11.9. Responsabilizar-se pelo transporte horizontal e vertical dos materiais, equipamentos, ferramentas e funcionários necessários à execução dos serviços.

1.11.10. Fornecer toda mão-de-obra necessária à execução dos serviços, com experiência comprovada e devidamente capacitada;

1.11.11. Responsabilizar-se por quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, reparando, ou quando isto for impossível, indenizando, sem quaisquer ônus para o Tribunal.

1.11.12. Oferecer na execução dos trabalhos a plena proteção contra riscos de acidentes (incluindo EPI's convencionais e demais materiais de segurança necessários), ao seu próprio pessoal e a terceiros, independente de transferência daqueles riscos às companhias ou institutos seguradores;

1.11.13. A contratada utilizará, às suas custas, fitas zebradas, cordas, cones e placas de sinalização ou alerta sempre que a atividade o exigir, tanto na parte interna das áreas ou externa.

1.11.14. Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho (tendo como referência as normas regulamentadoras do Ministério do trabalho), e diligenciar para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), adequados a todo e qualquer tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido;

1.11.15. Zelar pela higiene e segurança do seu depósito, banheiro e vestiário, devendo evitar o acúmulo de materiais combustíveis e inflamáveis. A área destinada ao depósito e acúmulo de materiais a serem descartados deverá permanecer limpa e arrumada ao longo da execução dos serviços, assim como o banheiro e vestiário utilizados pela mesma;



TRF2TER202400360A



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 11/07/2024 às 16:42:38.
Documento Nº: 4163544-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4163544-7083>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:31:50.
Documento Nº: 4038852.36446164-8706 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446164-8706>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.12 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 1.12.1. Fornecer todas as informações necessárias para a execução do serviço.
1.12.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da CONTRATADA, devidamente uniformizados e identificados, às dependências do contratante.
1.12.3. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo.

1.13 CÓDIGO SIASG: 2135

1.14 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

- 1.14.1. Não se aplica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

- 2.1. Foi verificada a necessidade de implementação de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), após elaboração do Gerenciamento de Riscos para a edificação da rua Visconde de Inhaúma.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. Solução Escolhida
3.1.1. Contratação de empresa especializada para instalação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA).
3.2. O detalhamento, as especificações e os quantitativos, encontram-se dispostos nos anexos ao edital.

3.3. DO CICLO DE VIDA

- 3.3.1. A solução foi definida considerando seu ciclo de vida como um todo, a partir da análise geral realizada nos estudos preliminares, onde foram identificados os requisitos inerentes à forma de execução do serviço, validade dos materiais envolvidos, quantitativos necessários e as especificações técnicas com vistas à consecução do objeto proposto.

- 3.3.2. Foram observadas as seguintes etapas do ciclo de vida do serviço:

3.3.2.1. Contratação:

- 3.3.2.1.1. Será efetuada por meio de pregão eletrônico, uma vez que a solução apontada é tecnicamente viável, e em virtude da existência de empresas no mercado que viabilizam o certame.

3.3.2.2. Preparação:

- 3.3.2.2.1. A empresa deverá designar formalmente o preposto, informando o nome e telefone de contato no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, com capacidade gerencial para tomada de decisões relativas ao contrato.
3.3.2.2.2. A empresa apresentar a relação dos funcionários que irão executar os serviços no prédio, indicando nome e nº de carteira de identidade, para que seja autorizado seu acesso ao prédio junto ao Setor de segurança.
3.3.2.2.3. Será definido junto ao setor responsável pelo contrato local para guarda de materiais, equipamentos e ferramentas, bem como local e horário para carga e descarga de materiais.
3.3.2.2.4. A firma deverá apresentar listagem de ferramentas e equipamentos de sua



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

propriedade, que será entregue ao setor de segurança ao dar entrada no Tribunal, para posterior conferência na saída da firma. Não será permitida a utilização de ferramentas, equipamentos e materiais de limpeza do Tribunal, salvo quando houver autorização do Diretor competente.

3.3.2.5. Não há necessidade de instalações e montagens especiais visto que o prédio do TRF2 possui depósitos e vestiários disponíveis.

3.3.2.3. Execução do Serviço:

3.3.2.3.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com as especificações técnicas descritas no item 1.1 deste Termo, e deverá atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos "Habilitação Técnica" e "Obrigações da CONTRATADA".

3.3.2.3.2. A CONTRATADA deverá garantir que a mão de obra empregada na execução dos serviços será de primeira qualidade, conduzindo a um ótimo resultado, acabamento e aparência, sendo as tolerâncias, ajustes e métodos de execução compatíveis com as melhores práticas modernas aplicáveis a cada caso.

3.3.2.3.3. Os serviços serão realizados preferencialmente no período diurno das 6:00 às 17:00 h. Nesse intervalo de tempo, a partir das 11:00 h, os serviços que produzam ruídos ou odores fortes, que prejudiquem o desenvolvimento das atividades cotidianas deste Tribunal não poderão ser executados, devendo ter a sua execução planejada para o intervalo de tempo compreendido entre 06:00 até às 11:00 h.

3.3.2.3.4. A CONTRATADA deverá garantir que todos os materiais, equipamentos, componentes e acessórios utilizados para a execução do serviço sejam novos, de alto grau de qualidade (inclusive os serviços), em conformidade com os padrões normativos nacionais e internacionais aplicáveis.

3.3.2.3.5. As áreas de trabalho deverão ser mantidas limpas, durante toda a execução dos serviços, além do depósito e vestiário disponibilizado para a empresa.

3.3.2.4. Fiscalização

3.3.2.4.1. O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do serviço conforme descrito no item 6 deste Termo.

3.3.2.5. Conclusão e Aceitação do Serviço:

3.3.2.5.1. Ao término dos serviços deverá ser procedida a limpeza final dos ambientes com a remoção cuidadosa de todas as manchas com produtos e técnicas apropriadas, dispensando-se especial atenção à perfeita execução dessa limpeza nos revestimentos, vidros, pedras. Os custos referentes às operações de limpeza dos ambientes deverão estar contemplados nos valores apresentados para a execução dos respectivos serviços.

3.3.2.5.2. Concluído o serviço, a CONTRATADA deverá providenciar a remoção de quaisquer entulhos e/ou detritos acumulados no local.

3.3.2.5.3. O eventual descarte de detritos e/ou entulhos deverá ser efetuado de acordo com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

3.3.2.5.4. A aceitação dos serviços se dará após a conferência final do gestor ou comissão gestora do contrato, assegurando que todos os termos e condições do contrato foram cumpridos e que quaisquer responsabilidades ou obrigações remanescentes foram adequadamente executadas.

3.4. O objeto deste Termo não contempla a assunção de obrigações futuras, tais como assistência técnica e/ou manutenção.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 11/07/2024 às 16:42:38.
Documento Nº: 4163544-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4163544-7083>

SIGA



TRF2TER202400360A



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:31:50.
Documento Nº: 4038852.36446164-8706 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446164-8706>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

4.1. REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE

4.1.1. O serviço deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas descritas no item 1.1 deste Termo, e deverá atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos "Habilitação Técnica" e "Obrigações da Contratada".

4.1.2. O contratado deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade do serviço prestado.

4.1.3. A empresa deverá prestar os serviços objeto do presente Termo dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pelo Contratante, com a observância às recomendações aceitas pelas boas técnicas, normas e legislação, assim como, observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

4.1.4. A contratada deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, segurança e acessibilidade dos serviços elencados neste Termo de Referência.

4.1.5. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos de segurança necessários para a adequada execução de serviços, conforme o art. 6º, inciso IV, da IN SLTI MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010 e a Portaria MTb nº 2175, de 28 de julho de 2022, que regulamenta a NR 06 sobre equipamentos de proteção individual.

4.1.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:

4.2.1. Buscando atender aos requisitos de sustentabilidade estabelecidos para as compras públicas sustentáveis a Contratada deverá:

4.2.1.1. Todos os elementos discriminados no Termo de Referência, no que tange à composição, execução, instalação e ao armazenamento de suas respectivas embalagens, devem ser, no que couber, condizentes com as disposições estabelecidas no artigo 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.2.1.2. A contratada deverá optar preferencialmente pela utilização de materiais sustentáveis (materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos) na execução da solução contratada, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.2.1.3. Deve ser evitada a utilização de máquinas que aumentem a geração de resíduos industriais no modo de produção do bem ou serviço a ser contratado.

4.2.1.4. A contratada deverá adotar práticas que minimizem a geração de resíduos e consumo de energia, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.2.1.5. Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades, respeitando a Logística Reversa de Resíduos Sólidos determinada na Lei Nº 12.305/2010.

4.2.1.6. A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao TRF2 em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas ao objeto do presente Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):

5.1. A proposta está em consonância com o Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF 2021/2026, objetivos estratégicos: Aprimorar a estrutura organizacional da área administrativa e da área judicial, Elevar a qualidade dos serviços prestados, Fortalecer o clima organizacional e promover o bem-estar de todos.

5.2. Alinha-se, ainda, com a ODS 16 da Agenda 2030/ONU, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 11/07/2024 às 16:42:38.
Documento Nº: 4163544-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4163544-7083>

SIGA



TRF2TER202400360A



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:31:50.
Documento Nº: 4038852.36446164-8706 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446164-8706>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

5.3. Benefícios Diretos:

5.3.1. Fornecer proteção adequada, conforme a norma NBR 5419/2015.

5.3.2. Melhoria da confiabilidade da edificação e segurança das pessoas em seu interior.

5.4. Benefícios Indiretos:

5.4.1. Assegurar a continuidade dos serviços prestados por esta Corte, em consonância com seus objetivos e metas estratégicas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato oriundo do certame licitatório. São atribuições da Fiscalização:

6.1.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.

6.1.2. Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

6.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

6.1.4. Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

6.1.5. Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento.

6.1.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará a entrega do material para evitar que a CONTRATADA deixe de produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.1.7. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será feito através de medições mensais dos serviços efetivamente executados pela empresa e aceitos pela Fiscalização, de acordo com os preços unitários constantes na planilha de preços, apresentada pela empresa.

7.1.1. A CONTRATADA apresentará, com antecedência de 5 dias úteis, previsão de medição no período para aprovação da fiscalização.

7.1.2. O pagamento será efetuado à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

7.1.2.1. A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

7.1.3. Para fins do disposto no item 7.1.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 11/07/2024 às 16:42:38.
Documento Nº: 4163544-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4163544-7083>

SIGA



TRF2TER202400360A



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:31:50.
Documento Nº: 4038852.36446164-8706 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446164-8706>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

7.2. O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

7.2.1. Carta de apresentação da Cobrança;

7.2.2. Documento Fiscal Hábil;

7.2.3. Boletim de Medição;

7.2.4. Memória de cálculo da medição;

7.2.5. Registro fotográfico dos serviços executados.

7.3. A CONTRATADA que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

7.4. A CONTRATADA optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015;

7.5. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

7.5.1. A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

7.6. O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 7.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

7.7. No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a CONTRATADA não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

7.7.1. Para fins de identificação da situação prevista no item 7.7, a CONTRATADA deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. Trata-se de contratação por meio de Pregão eletrônico, pelo critério de menor preço.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1. O custo estimado será o indicado em planilha anexa ao Edital ou ao Aviso de Dispensa.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária constante no ID 269 da PO 2024.

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

11.1. A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da CONTRATADA com base nas obrigações e forma de execução, descritas neste Termo. O pagamento será



TRF2TER202400360A



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 11/07/2024 às 16:42:38.
Documento Nº: 4163544-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4163544-7083>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no **ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR**, o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

11.2. O não atendimento do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e anexos.

11.3. Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

Tabela 01	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor do serviço prestado no período mensal
2	1,0% sobre o valor do serviço prestado no período mensal
3	1,5% sobre o valor do serviço prestado no período mensal
4	2,0% sobre o valor do serviço prestado no período mensal
5	3,0% sobre o valor do serviço prestado no período mensal

Tabela 02		
Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do serviço;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços;	1



TRF2TER202400360A



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 11/07/2024 às 16:42:38.
Documento Nº: 4163544-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4163544-7083>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:31:50.
Documento Nº: 4038852.36446164-8706 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446164-8706>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

4	Deixar de acusar o recebimento de mensagens eletrônicas do gestor do contrato no prazo máximo de 24hs, a partir do envio da mesma;	4
5	Recusar-se a executar serviço constante no objeto contratual, determinado pela fiscalização;	2
6	Retirar funcionários durante a execução do serviço, sem a anuência prévia do contratante;	3
7	Subdimensionar a proporção adequada de pessoal, causando transtornos ao Tribunal devido à demora na execução de seus serviços;	3
8	Providenciar equipe de trabalho, sem estar devidamente uniformizada e com EPI's necessários.	4
9	Deixar de Informar por escrito a relação dos responsáveis pelo contrato e seus telefones de contato possibilitando a solução de ocorrências previstas e imprevistas.	2
10	Deixar de fornecer materiais, ferramentas e equipamentos em conformidade com as cláusulas contratuais, e em quantidade suficiente para a execução do serviço dentro do prazo contratual	2
11	Negar a refazer serviço não aprovado pelo(a) Gestor(a) do contrato.	3
12	Deixar de realizar os serviços no prazo contratual, sem justificativa prévia	5
13	Deixar de apresentar ART ou TRT, antes do início dos serviços, em até 07 (sete) dias após o recebimento da nota de empenho ou assinatura do contrato	5

12. ANÁLISE DE RISCOS:

12.1. Vislumbram-se alguns riscos em curso na presente contratação. Não se incluem, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a formalização da contratação.

RIS Risco: Atraso ou fracasso no processo licitatório

11



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 11/07/2024 às 16:42:38.
Documento Nº: 4163544-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4163544-7083>

SIGA



TRF2TER202400360A



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:31:50.
Documento Nº: 4038852.36446164-8706 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446164-8706>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

CO 01	Probabilidade:	Médio
	Impacto:	Alto
	Dano 1:	Risco de falta de energia elétrica em cargas essenciais em caso de falta de fornecimento pela concessionária.
	Id	Ação Preventiva
	1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.
	2	Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.
	3	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.
	Id	Ação de Contingência
	1	Alocação integral do setor responsável pelo serviço na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.
	2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório
		Responsável
		Setor responsável pelo serviço
		Setor responsável pelo serviço
		Setor responsável pelo serviço
		Direção Secretaria
		Administração TRF

RIS CO 02	Risco:	Especificação Insuficiente para o serviço
	Probabilidade:	Baixo
	Impacto:	Alto
	Dano 1:	Serviços contratados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais.
	Id	Ação Preventiva
	1	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço comparando com contratações similares
	Id	Ação de Contingência
	1	Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.
		Responsável
		Setor responsável pelo serviço
		Equipe de Fiscalização

A		
P		
L		
R		
O		
A		
B		
A		
B		
I		
L		
D		
		Ris



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 11/07/2024 às 16:42:38.
Documento Nº: 4163544-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4163544-7083>



TRF2TER202400360A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:31:50.
Documento Nº: 4038852.36446164-8706 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446164-8706>



TRF2EDT202400127A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

I	I		c
D	A		o
A			1
D			
E			
D	B		R
E	A		i
O	I		s
C	O		c
X	A		o
A			2
R			
Ê			
N	B	M	
C	A	A	
I	É	L	
A	I	D	
	X	T	
	A	A	

GRAVI
DADE /
IMPAC
TO

13. ANEXOS: Os anexos ao presente termo constarão no Edital.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2024.

- assinado eletronicamente -
RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES
Supervisor(a)
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 11/07/2024 às 16:42:38.
Documento N°: 4163544-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4163544-7083>

13

SIGA



TRF2TER202400360A



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:31:50.
Documento N°: 4038852.36446164-8706 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446164-8706>

SIGA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DESCRIÇÃO DO SISTEMA

1.1. Captação

O captor principal é do Tipo Franklin, com mastro de 4m x 2", com duas descidas, com conexões, fixações e acessórios.

Serão utilizados captadores do tipo terminal aéreo em aço galvanizado a fogo, horizontal 7/8" x 1/8" 300mm, dispostos conforme mostrado em projeto, de modo a complementar a proteção da edificação.

1.1.1. Interligação entre Captadores e Aterramentos

A malha de captação é com barra chata em alumínio de 7/8" x 1/8" x 3m, dispostas nas platibandas de modo a interligar entre si todos os captadores e todas as descidas e estruturas metálicas ao sistema de aterramento, fixadas à edificação através de parafusos parafuso inox, 4,2 x 32mm com vedação, buchas de nylon nº 6, espaçados em no máximo 1,0 m entre si.

1.2. Descidas

Serão três descidas em barras chatas em alumínio 7/8"x1/8" x 300mm, interligadas, até a posição correspondente da caixa de inspeção. A distribuição das descidas deverá obedecer ao traçado em planta, tomando-se o cuidado para que fiquem a uma distância mínima de 50 cm do local de abertura janelas. As descidas serão interconectadas na caixa de inspeção, juntamente com o cabo de cobre nu 70mm², 7 fios, com as devidas conexões bimetálicas.

1.3. Aterramento

1.3.1. Vista do sistema de aterramento

O aterramento da descida, que sai da caixa de inspeção, será feito através de cabo de cobre nu 70mm², em eletroduto flexível espiralado reforçado 1" até a entrada da edificação. Na parte de dentro, na sala do painel de entrada de energia, onde está localizado o BEP, o cabo será encaminhado sem eletroduto até a conexão ao BEP existente.

1.3.2. Fixação dos componentes do sistema

Os componentes do sistema deverão ser firmemente fixados, de modo a impedir que esforços eletrodinâmicos, efeitos térmicos e esforços mecânicos acidentais possam causar ruptura ou desconexão.



Assinado com senha por GUILHERME ESTEVÃO XAVIER - Assistente IV / SEMAUT - 21/02/2024 às 17:04:32.
Documento Nº: 4023030-9118 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4023030-9118>



TRF2INC202400478

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:32:08.
Documento Nº: 4038852.36446177-8672 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446177-8672>



TRF2EDT202400127A

SIGA

1.4. Equipotencialização

Todos os equipamentos metálicos, em proximidade ao sistema de captação e descida, deverão ser interligados por cabo de cobre nu de 35mm², de forma a realizar a equipotencialização.

2. MATERIAIS

Produto: Placa de Obra com Impressão em Lona – Incluindo Suportes

- Tipo: Placa de Obra com Impressão em Lona Fosca 280g – Incluindo Suportes – Arte e informações conforme indicação da fiscalização da obra – tamanho mínimo 800x1200mm.
- Aplicação: Identificação de Obra

Produto: Proteção de Elevador

- Tipo: Chapa de madeira compensada naval (com cola fenólica), E=6mm, DE 1,60 X 2,20m.
- Aplicação: Proteção de Elevador.

Produto: Manta protetora

- Tipo: Manta protetora em papel kraft integrado com plástico bolha de alta resistência.
- Aplicação: Proteção de Elevador.

Produto: Saco para Entulho

- Tipo: Saco de rafia para entulho, novo, liso (sem cliche), *60 x 90* cm.
- Aplicação: Remoção de Entulho.

Produto: Selante para vedação de conexões

- Tipo: Selante de poliuretano cinza 300ml.
- Ref.: Sikaflex ou equivalente técnico.
- Aplicação: Vedação de conexões.

Produto: Cabo de cobre nu 25 mm² - 7 fios. Tipo: Cabo de cobre nu, 7 fios, fabricado em conformidade com a NBR 6524, 25 mm².

- Ref.: TEL-5725 Termotécnica ou Equivalentes Técnicos
- Aplicação: Equipotencialização de equipamentos



Assinado com senha por GUILHERME ESTEVÃO XAVIER - Assistente IV / SEMAUT - 21/02/2024 às 17:04:32.
Documento Nº: 4023030-9118 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4023030-9118>

SIGA



TRF2INC202400478



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:32:08.
Documento Nº: 4038852.36446177-8672 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446177-8672>

SIGA

Produto: Cabo de cobre nu 35 mm² - 7 fios. **Tipo:** Cabo de cobre nu, 7 fios, fabricado em conformidade com a NBR 6524, 35 mm².

- Ref.: TEL-5735 Termotécnica ou Equivalentes Técnicos
- Aplicação: Sistema de captação

Produto: Cabo acobreado 70 mm² - 7 fios. **Tipo:** Cabo acobreado nu, 7 fios, fabricado em conformidade com a NBR 6524, 70 mm².

- Ref.: TEL-5670 Termotécnica ou Equivalentes Técnicos
- Aplicação: Descida e conexão ao BEP

Produto: Terminal de compressão, cobre estanhado, 1 furo para cabo de cobre.

- Ref.: Termotécnica tel-5770 ou equivalente técnico
- Aplicação: Descida e conexão ao BEP

Produto: Fixador universal de latão estanhado para cabos de 16 a 70mm².

- Ref.: Termotécnica tel-5024 ou equivalente técnico
- Aplicação: Descida e conexão ao BEP

Produto: Eletroduto espiralado flexível reforçado preto antichama 1" com conexões

- Aplicação: Descida e conexão ao BEP

Produto: Bucha de nylon sem aba S8, com parafuso de 4,80 x 50 mm em aço zincado com rosca soberba, cabeça chata e fenda phillips.

- Aplicação: Conexão à barra chata de alumínio e minicaptor

Produto: Minicaptor em barra chata de alumínio, 7/8" x 1/8" x 300mm.

- Ref.: termotécnica tel-942 ou equivalente técnico.
- Aplicação: Conexão à barra chata de alumínio e minicaptor

Produto: Arruela lisa, redonda, de latão polido, diâmetro nominal 5/8", diâmetro externo = 34 mm, diâmetro do furo = 17 mm, espessura = *2,5* mm.

- Aplicação: Conexão à barra chata de alumínio e minicaptor

Produto: Curva 90° de barra chata em alumínio, 7/8" x 1/8" x 300 mm (70mm²).

- Ref.: Termotécnica tel-778 ou equivalente técnico.
- Aplicação: Sistema de captação.



Assinado com senha por GUILHERME ESTEVÃO XAVIER - Assistente IV / SEMAUT - 21/02/2024 às 17:04:32.
Documento Nº: 4023030-9118 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4023030-9118>



TRF2INC202400478

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:32:08.
Documento Nº: 4038852.36446177-8672 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446177-8672>



TRF2EDT202400127A

SIGA

Produto: Curva 90° horizontal de barra chata em cobre, 7/8" x 1/8" x 300mm (70mm²).

- Ref.: Termotécnica tel-781 ou equivalente técnico
- Aplicação: Sistema de captação.

Produto: Grampos tipo X para barra chatas ou fitas, em alumínio para fitas ou barras chatas até 28mm de largura.

- Ref.: Termotécnica tel-723 ou equivalente técnico
- Aplicação: Sistema de captação.

Produto: Barra chata de alumínio de 7/8"x1/8"x3m, com acessórios para fixação, peça 3 metros.

- Ref.: tel-771 termotécnica ou equivalente técnico.
- Aplicação: Sistema de captação.

Produto: Sinalizador noturno com relé fotoelétrico bivolt.

- Ref.: termotécnica tel-590 ou equivalente técnico.
- Aplicação: Sistema de captação.

Produto: Mastro simples 4m x 2" com redução para 3/4".

- Ref.: termotécnica tel-474 ou equivalente técnico.
- Aplicação: Sistema de captação.

Produto: Sinalizador noturno com relé fotoelétrico bivolt.

- Ref.: termotécnica tel-590 ou equivalente técnico.
- Aplicação: Sistema de captação.

Produto: Conector de pressão tipo split-bolt para cabo 16-35mm².

- Ref.: termotécnica tel-5015 ou equivalente técnico.
- Aplicação: Sistema de captação.

Produto: Abraçadeira-guia simples para mastros 2" e 2 descidas.

- Ref.: termotécnica tel-370 ou equivalente técnico.
- Aplicação: Sistema de captação.

Produto: Abraçadeira-guia reforçada para mastros 2" e 2 descidas.

- Ref.: termotécnica tel-390 ou equivalente técnico.
- Aplicação: Sistema de captação.



Assinado com senha por GUILHERME ESTEVÃO XAVIER - Assistente IV / SEMAUT - 21/02/2024 às 17:04:32.
Documento Nº: 4023030-9118 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4023030-9118>



TRF2INC202400478

SIGA



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:32:08.
Documento Nº: 4038852.36446177-8672 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446177-8672>

SIGA

Produto: Conjunto de estais rígidos 2m x 2".

- Ref.: termotécnica tel-453 ou equivalente técnico.
- Aplicação: Sistema de captação.

Produto: Para-raios franklin, latão cromado, para 2 descidas.

- Ref.: termotécnica tel-012 ou equivalente técnico.
- Aplicação: Sistema de captação.

Produto: Caixa de inspeção suspensa de poliamida.

- Ref.: termotécnica tel-541 ou equivalente técnico.
- Aplicação: Sistema de captação.

Produto: Fixador Adericone.

- Ref.: TEL-755 Termotécnica ou Equivalentes Técnicos
- Aplicação: Fixação de barra chata em locais que não permitem furação

Produto: Adesivo para superfícies porosas.

- Ref.: tel-5904 termotécnica ou equivalentes técnicos.
- Aplicação: Fixação de barra chata em locais que não permitem furação

Produto: Suporte guia reforçado para cabo de cobre nu, h=200mm, com roldana em polipropileno.

- Ref.: termotécnica tel-280 ou equivalente técnico.
- Aplicação: Fixação de barra chata em locais que não permitem furação



Assinado com senha por GUILHERME ESTEVÃO XAVIER - Assistente IV / SEMAUT - 21/02/2024 às 17:04:32.
Documento Nº: 4023030-9118 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4023030-9118>



TRF2INC202400478

SIGA



TRF2EDT202400127A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:32:08.
Documento Nº: 4038852.36446177-8672 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446177-8672>

Obra					REFERÊNCIAS: B.D.I.		Encargos Sociais	
INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, SITUADO NA RUA VISCONDE DE INHAUMA 66.					MÊS: JANEIRO ANO: 2024 23,54% (SINAPI)		Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo	
Orçamento Sintética								
Item	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor unit com BDI	Total	Peso (%)
1		ADMINISTRAÇÃO				31194,86	31194,86	51,88%
1.1	SINAPI	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UN	1,00	25250,82	31194,86	31194,86	51,88%
2		SERVIÇOS PRELIMINARES				1620,37	1620,37	2,69%
2.1	SINAPI	PLACA DE OBRA COM IMPRESSÃO EM LONA FOSCA 280G - INCLUINDO SUPORTES - ARTE E INFORMAÇÕES CONFORME INDICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA - TAMANHO MÍNIMO 800X1200MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	279,50	345,3	345,3	0,57%
2.2	SINAPI	PROTEÇÃO DE ELEVADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	CJ	1,00	1032,11	1275,07	1275,07	2,12%
3		REMOÇÃO DE ENTULHO E TRANSPORTES				692,66	692,66	1,15%
3.1	SINAPI	ENSACAMENTO DE ENTULHO UTILIZANDO SACOS DE RAÍFA DE 80 CM X 55 CM	M²	1,00	140,68	173,8	173,8	0,29%
3.2	SINAPI	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CACAMBA ESTACIONÁRIA	M³	10,00	18,48	22,82	228,20	0,38%
3.3	SINAPI	TRANSPORTE HORIZONTAL A 100m DE DISTÂNCIA	M³	1,00	106,98	132,16	132,16	0,22%
3.4	SINAPI	TRANSPORTE VERTICAL, MANUAL, 1º PAVIMENTO, PARA DESCIDA DE MATERIAIS	M³	5,00	25,66	31,7	158,50	0,26%
4		OBRAS CIVIS				4566,25	4566,25	7,58%
4.1	SINAPI	ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGOS EM ALVENARIA PARA PASSAGEM DE ELETRODUTOS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM	M	5,00	61,99	76,58	382,9	0,64%
4.2	SINAPI	INSTALAÇÃO E FIXAÇÃO DE BARRA CHATA 7/8"x1/8", COM SERVIÇO EM ALTURA, E EQUIPE DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS, EM ATENDIMENTO ÀS NORMAS DE TRABALHO EM ALTURA	DIA	5,00	665,07	821,63	4108,15	6,83%
4.3	SINAPI	SELANTE ELÁSTICO PARA VEDAÇÃO DAS CONEXÕES DO SPDA COM A ESTRUTURA EXISTENTE. REF: SIKAFLEX CONSTRUCTION OU EQUIVALENTE TÉCNICO - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO	UN	5,00	12,17	15,04	75,20	0,12%
5		SPDA				19239,08	19239,08	31,98%
5.1	Próprio	CABO DE COBRE NU 25 MM² 7 FIOS: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	50,00	54,61	67,47	3373,50	5,61%
5.2	Próprio	CABO DE COBRE NU 35 MM² 7 FIOS: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	50,00	55,44	68,49	3424,50	5,68%
5.3	Próprio	CABO DE COBRE NU 70 MM² 7 FIOS: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	20,00	71,38	86,19	1763,80	2,93%
5.4	Próprio	MINICAPTOR EM BARRA CHATA DE ALUMÍNIO, 7/8" X 1/8" X 300MM. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	30,00	24,23	29,93	897,90	1,49%
5.5	Próprio	BARRA CHATA DE ALUMÍNIO DE 7/8"x1/8"x3M, COM ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	PÇ	70,00	58,90	72,78	5093,20	8,47%
5.6	Próprio	PARA-RAIO TIPO FRANKLIN, FORNECIDO COMPLETO COM MASTRO DE 4MX2", COM 2 DESCIDAS, CONJUNTO DE ESTABELECIMENTO, COM CAPTOR, COM SINALIZADOR, COM ABRAÇADORAS GUIA REFORÇADA E BASE PARA MASTRO, CONFORME DETALHE 09 DA FOLHA 04 DO PROJETO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	1658,97	2049,49	2049,49	3,41%
5.7	Próprio	CAIXA DE INSPEÇÃO SUSPensa DE POLIAMIDA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	107,15	132,37	132,37	0,22%
5.8	Próprio	ADERISCO - SUPORTE FIXADOR COLÁVEL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	20,00	12,94	15,98	319,60	0,53%
5.9	Próprio	SUPORTE-GUIA REFORÇADO DIÂMETRO NOMINAL 5/16", COM ROSCA SOBERBA E BUCHA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	10,00	37,72	46,6	466,00	0,77%
5.10	Próprio	SERVIÇO PARA TESTE DE CONTINUIDADE EM SISTEMA DE SPDA, MEDIÇÃO DE CONTINUIDADE EM TODO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, MALHA DE ATERRAMENTO E BEP. FORNECIMENTO DE LAUDO TÉCNICO POR ENGENHEIRO RESPONSÁVEL, COM EMISSÃO DE ART, INFORMANDO QUE A EQUIPOTENCIALIZAÇÃO DE TODOS OS COMPONENTES QUE COMPOE O CIRCUITO DE DISSIPAÇÃO E CAPTAÇÃO, ESTÃO DENTRO DAS NORMAS E ATENDEM AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS, NBR 5419/2015 - "PROTEÇÃO DE ESTRUTURAS CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS", NBR-15749/2009 "MEDIÇÃO DE SISTEMA DE ATERRAMENTO" NR-10 / 2004 - "SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE".	UN	1,00	1391,23	1718,72	1718,72	2,86%
6		LIMPEZA DA OBRA				2853,61	2853,61	4,74%
6.1	Próprio	LIMPEZA DIÁRIA	MÊS	1,50	821,12	1014,41	1521,61	2,53%
6.2	Próprio	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M²	300,00	3,59	4,44	1332,00	2,21%
Total sem BDI							48.701,84	
Total do BDI							11.464,99	
Total Geral							60.166,83	

RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES
SUPERVISOR DE ELÉTRICA - SEMAUT



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - Supervisor(a) / SEMAUT - 09/04/2024 às 13:36:08.
Documento Nº: 4069975-8539 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4069975-8539>



TRF2INC202401061



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:32:24.
Documento Nº: 4038852.36446186-8642 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446186-8642>



TRF2EDT202400127A

**SIGA** ➤

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:32:36.
Documento Nº: 4038852.36446193-8614 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfjr.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446193-8614>

[illegible]

TRF 2 BRASÃO - REFORMA DO COMPLEXO PRETAL - 800 - 2/3

Obras				REFERÊNCIAS	S.O.L.	Encargos Sociais						
INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, SITUADO NA RUA VISCONDE DE MARIANA S/N - CENTRO - RIO DE JANEIRO.				RES. JANEIRO ANO 2024 (BRASIL)	25,84%	Descontado: embutido nos preços unitários dos materiais de mão de obra, de acordo com as tabelas.						
Código	Banco	Descrição	Planilha Orçamentária Analítica	Tipo	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Total				
Composição Composição Auxiliar Composição Auxiliar Insu	CH88347 CH88394 CH88394 CH88394 CH88394 IN 904	SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP COTADO	CABO DE COBRE NU 75 MM² F.P.S. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES CABO DE COBRE NU 75 MM² F.P.S. A 45 MM (MARIANA) REF. - TERMOLOGIA TEL-8070 OU EQUIVALENTE TÉCNICO	Serviço	M	71,30	71,30	71,30				
				SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,35	26,06	9,12				
				SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,35	35,07	12,38				
				Materiais	M	1,05	46,40	46,95				
				Valor do BDI =>	10,81			88,19				
				Quant. =>	29,88	Preço Total =>	1.763,89					
Código	Banco	Descrição	Planilha Orçamentária Analítica	Tipo	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Total				
Composição Composição Auxiliar Composição Auxiliar Insu Insu Insu Insu Insu Insu	CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 IN 7583 IN 11267 COTADO IN 7583 IN 11267 COTADO	SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP COTADO COTADO COTADO COTADO	MACAPIS EM BARRA CHATA DE ALUMÍNIO 70F X 10F X 30MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES CURVA 90° DE BARRA CHATA EM ALUMÍNIO 70F X 10F X 30 MM (TRAMP) REF. - TERMOLOGIA TEL-778 OU EQUIVALENTE TÉCNICO CURVA 90° HORIZONTAL DE BARRA CHATA EM COBRE 70F X 10F X 30MM (TRAMP) REF. - TERMOLOGIA TEL-778 OU EQUIVALENTE TÉCNICO GRAMPOS TIPO 3 PARA BARRA CHATA OU FIDAL EM ALUMÍNIO PARA FIDAL DE BARRAS CHATAS ATE 20MM DE LARGURA REF. - TERMOLOGIA TEL-775 OU EQUIVALENTE TÉCNICO BUCHA DE NYLON 25X 45X 55 COM PARAFUSO DE 4,8 X 50 MM EM AÇO ZINCOADO COM ROSCA ROSEIRA, CABEÇA CHATA E FENDA PHILIPS ARRELUVA LISA, RESINA DE LATÃO POLIDO, DIÂMETRO NOMINAL 50F, DIÂMETRO EXTERNO = 34 MM, DIÂMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESURA = 2,3 MM WINGCAPS EM BARRA CHATA DE ALUMÍNIO 70F X 10F X 30MM, REF. - TERMOLOGIA TEL-8070 TERMOLOGIA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	Serviço	UN	24,23	24,23	24,23				
				SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,18	26,06	5,14				
				SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,15	35,07	6,30				
				Materiais	UN	2,00	0,30	1,61				
				Materiais	UN	3,00	0,43	0,86				
				Materiais	UN	1,00	10,02	10,02				
				Valor do BDI =>	5,70			25,93				
				Quant. =>	35,58	Preço Total =>	397,90					
				Código	Banco	Descrição	Planilha Orçamentária Analítica	Tipo	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Total
				Composição Composição Auxiliar Composição Auxiliar Insu Insu Insu Insu Insu Insu	CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 IN 7583 IN 11267 COTADO IN 7583 IN 11267 COTADO	SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP COTADO COTADO COTADO COTADO	BARRA CHATA DE ALUMÍNIO 70F X 10F X 30MM COM ACESSÓRIOS PARA FIDAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES CURVA 90° DE BARRA CHATA EM ALUMÍNIO 70F X 10F X 30 MM (TRAMP) REF. - TERMOLOGIA TEL-778 OU EQUIVALENTE TÉCNICO CURVA 90° HORIZONTAL DE BARRA CHATA EM COBRE 70F X 10F X 30MM (TRAMP) REF. - TERMOLOGIA TEL-778 OU EQUIVALENTE TÉCNICO GRAMPOS TIPO 3 PARA BARRA CHATA OU FIDAL EM ALUMÍNIO PARA FIDAL DE BARRAS CHATAS ATE 20MM DE LARGURA REF. - TERMOLOGIA TEL-775 OU EQUIVALENTE TÉCNICO BUCHA DE NYLON 25X 45X 55 COM PARAFUSO DE 4,8 X 50 MM EM AÇO ZINCOADO COM ROSCA ROSEIRA, CABEÇA CHATA E FENDA PHILIPS ARRELUVA LISA, RESINA DE LATÃO POLIDO, DIÂMETRO NOMINAL 50F, DIÂMETRO EXTERNO = 34 MM, DIÂMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESURA = 2,3 MM BARRA CHATA DE ALUMÍNIO 70F X 10F X 30MM COM ACESSÓRIOS PARA FIDAÇÃO, PEÇA 3 METROS REF. TEL-775 TERMOLOGIA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	Serviço	M	56,90	56,90	56,90
SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,83	26,06					14,22				
SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,83	35,07					17,43				
Materiais	UN	0,10	0,14					0,97				
Materiais	UN	0,03	10,05					0,33				
Materiais	UN	0,05	17,05					0,85				
Materiais	UN	1,67	0,30					0,84				
Materiais	UN	1,67	0,43					0,72				
Materiais	M	1,00	20,30					20,31				
Valor do BDI =>	13,96							72,78				
				Quant. =>	75,66	Preço Total =>	5.085,29					
Código	Banco	Descrição	Planilha Orçamentária Analítica	Tipo	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Total				
Composição Composição Auxiliar Composição Auxiliar Insu Insu Insu Insu Insu Insu	CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 IN 7583 IN 11267 COTADO IN 7583 IN 11267 COTADO	SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP COTADO COTADO COTADO COTADO	PARAFUSO TIPO FRANKLIN, FORNECIMENTO COMPLETO COM MASTRO DE 400G, COM 2 DESCIDAS, CONJUNTO DE ESTABEIMENTO COM CAPTOR, COM SINALIZADOR, COM ABRACADORA-GUIA REFORÇADA E BASE PARA MASTRO, CONFORME DETALHE DE DA FOLHA DE PROJETO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES SINALIZADOR NOTURNO COM RELE FOTOELÉTRICO BAYOLT REF. - TERMOLOGIA TEL-780 OU EQUIVALENTE TÉCNICO MASTRO SIMPLES EM X 2" COM REDUÇÃO PARA 3/4" REF. - TERMOLOGIA TEL-47N OU EQUIVALENTE TÉCNICO SINALIZADOR NOTURNO COM RELE FOTOELÉTRICO BAYOLT REF. - TERMOLOGIA TEL-780 OU EQUIVALENTE TÉCNICO CONECTOR DE PRESSÃO TIPO SPILT-BOLT PARA CABO 16-35MM² REF. - TERMOLOGIA TEL-691N OU EQUIVALENTE TÉCNICO ABRACADORA-GUIA SIMPLES PARA MASTROS 2" E 3" DESCIDAS REF. - TERMOLOGIA TEL-691N OU EQUIVALENTE TÉCNICO ABRACADORA-GUIA REFORÇADA PARA MASTROS 2" E 3" DESCIDAS REF. - TERMOLOGIA TEL-691N OU EQUIVALENTE TÉCNICO CONJUNTO DE ESTABEIM. 2N X 2" REF. - TERMOLOGIA TEL-493 OU EQUIVALENTE TÉCNICO PARAFUSO FRANKLIN, LATAO CROMADO, PARA 3 DESCIDAS REF. - TERMOLOGIA TEL-610 OU EQUIVALENTE TÉCNICO	Serviço	UN	1.000,00	1.000,00	1.000,00				
				SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	4,00	26,06	104,62				
				SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	4,00	35,07	140,41				
				Materiais	UN	1,00	156,00	156,00				
				Materiais	UN	1,00	336,38	336,38				
				Materiais	UN	1,00	156,00	156,00				
				Materiais	UN	10,00	15,34	250,10				
				Materiais	UN	1,00	47,05	47,05				
				Materiais	UN	2,00	55,00	110,37				
				Materiais	UN	1,00	186,69	186,69				
Valor do BDI =>	585,52			1.735,49								
				Quant. =>	75,66	Preço Total =>	2.040,49					
Código	Banco	Descrição	Planilha Orçamentária Analítica	Tipo	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Total				
Composição Composição Auxiliar Composição Auxiliar Insu	CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 IN 904	SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP COTADO	CAIXA DE INSPEÇÃO SUSPensa DE POLIAMIDA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES ELETRODUTO SPIRALADO FLEXÍVEL, REFORÇADO PRETO ANTOPIAMA 1" TERMINAL DE COMPRESSÃO, COBRE ESTANADO, 1 FURO PARA CABO DE COBRE REF. - TERMOLOGIA TEL-6770 OU EQUIVALENTE TÉCNICO CAIXA DE INSPEÇÃO SUSPensa DE POLIAMIDA, REF. - TERMOLOGIA TEL-541 OU EQUIVALENTE TÉCNICO	Serviço	UN	107,75	107,75	107,75				
				SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,30	26,06	6,12				
				SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,30	35,07	9,99				
				Materiais	M	4,00	13,05	52,20				
				Materiais	UN	1,00	6,36	6,36				
				Valor do BDI =>	20,22		132,37					
				Quant. =>	1,89	Preço Total =>	133,97					
Código	Banco	Descrição	Planilha Orçamentária Analítica	Tipo	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Total				
Composição Composição Auxiliar Composição Auxiliar Insu	CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 IN 904	SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP COTADO	ADICION - SUPORTE FIDADOR COLÁVEL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES ADICION PARA SUPORTES POROSAS REF. TEL-806X TERMOLOGIA OU EQUIVALENTE TÉCNICO ADICION - SUPORTE FIDADOR COLÁVEL REF. TEL-780 TERMOLOGIA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	Serviço	UN	12,94	12,94	12,94				
				SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,10	35,07	3,51				
				Materiais	KG	0,03	61,20	1,84				
				Materiais	UN	1,00	7,79	7,79				
				Valor do BDI =>	3,04			15,98				
				Quant. =>	29,88	Preço Total =>	318,80					
Código	Banco	Descrição	Planilha Orçamentária Analítica	Tipo	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Total				
Composição Composição Auxiliar Composição Auxiliar Insu	CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 IN 7583	SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP COTADO	SUPORTE-GUIA REFORÇADO DIÂMETRO NOMINAL 5/8" COM ROSCA ROSEIRA E BUCHA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES BUCHA DE NYLON 25X 45X 55 COM PARAFUSO DE 4,8 X 50 MM EM AÇO ZINCOADO COM ROSCA ROSEIRA, CABEÇA CHATA E FENDA PHILIPS ARRELUVA LISA, RESINA DE LATÃO POLIDO, DIÂMETRO NOMINAL 50F, DIÂMETRO EXTERNO = 34 MM, DIÂMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESURA = 2,3 MM SUPORTE-GUIA REFORÇADO PARA CABOS COBRE AL-100MM² COM SOLDADA EM POLIPROPILENO, REF. - TERMOLOGIA TEL-880 OU EQUIVALENTE TÉCNICO	Serviço	UN	37,72	37,72	37,72				
				SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,31	26,06	8,08				
				SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,31	35,07	10,93				
				Materiais	UN	1,00	0,30	0,30				
				Materiais	UN	1,00	0,43	0,43				
				Valor do BDI =>	8,88		46,60					
				Quant. =>	18,06	Preço Total =>	466,80					
Código	Banco	Descrição	Planilha Orçamentária Analítica	Tipo	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Total				
Composição Composição Auxiliar Composição Auxiliar Insu	CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 IN 7583	SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP COTADO	SERVIÇO PARA TESTE DE CONTINUIDADE EM SISTEMA DE SERPA, MEDIÇÃO DE CONTINUIDADE EM TODO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, MALHA DE ATERRAMENTO E SERPA FORNECIMENTO DE LUCRO TÉCNICO POR ENGENHEIRO RESPONSÁVEL, COM EMISSÃO DE ART, INFORMANDO QUE A EQUIPOTENCIALIZAÇÃO DE TODOS OS COMPONENTES QUE COMPÕEM O CIRCUITO DE INERGIAS E CAPTAÇÃO, ESTÁ EM DEACORDO COM AS NORMAS E ATENDE AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS, NORMAS 1810/2011 - PROTEÇÃO DE ESTRUTURAS CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS, NBR-EN-50500 - MEDIÇÃO DE SISTEMA DE ATERRAMENTO - NR-10 / 2004 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE	Serviço	UN	1.000,00	1.000,00	1.000,00				
				SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MES	0,30	947,04	1.294,81				
				Materiais	UN	1,00	90,92	90,92				
				Valor do BDI =>	527,49			1.716,22				
				Quant. =>	1,89	Preço Total =>	1.718,72					
Código	Banco	Descrição	Planilha Orçamentária Analítica	Tipo	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Total				
Composição Composição Auxiliar Composição Auxiliar Insu	CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 IN 7583	SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP COTADO	LIMPEZA DAIFA SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Serviço	MES	32,00	60,12	60,12				
				SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	32,00	25,06	801,12				
				Valor do BDI =>	183,29			1.014,41				
				Quant. =>	1,89	Preço Total =>	1.027,81					
				Código	Banco	Descrição	Planilha Orçamentária Analítica	Tipo	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição Composição Auxiliar Composição Auxiliar Insu	CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 CH88347 IN 7583	SWAP SWAP SWAP SWAP SWAP COTADO	LIMPEZA DAIFA SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Serviço	MES	32,00	60,12	60,12				
				SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	32,00	25,06	801,12				
				Valor do BDI =>	183,29			1.014,41				
				Quant. =>	1,89	Preço Total =>	1.027,81					

TR 2 REGIÃO - REFORMA DO COMPLEXO FEDERAL - R02 - 2/2



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - Supervisor(a) / SEMAUT - 09/04/2024 às 13:38:02.
Documento Nº: 4069986-8539 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfr.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4069986-8539>

SIGA

TRF2INC202401062



TRFEDT202400127A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:32:36.
Documento Nº: 4038852.36446193-8614 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfr.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446193-8614>



Obr				REFERENCIAS:	S.D.I.	Encargos Sociais		
INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, SITUADO NA RUA VISCONDE DE RIBASUNA 88 - CENTRO - RIO DE JANEIRO/RJ.				MÊS: JANEIRO ANO: 2024 (JANU)	23,84%	Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as tabelas.		
Planilha Orçamentária Analítica								
6.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Unit	Quant.	Valor Unit	Total
Composição			LAVAZIA FINAL DA OBRA	SE01 - SERVIÇOS DIVERSOS	SP		5,50	3,50
Composição	CN88316	SNAP1	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SE01 - SERVIÇOS DIVERSOS	H	5,14	20,00	3,50
Avalia				Valor do IGT -	0,20		Valor cota IGT -	6,40
				Quant. =	300,00		Preço Total =	1.332,00
				Total sem IGT				57.142,89
				Total do IGT				3.023,83
				Total Geral				60.166,73
RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES SUPERVISOR DE ELÉTRICA - SERAVAL								

RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES
SUPERVISOR DE ELÉTRICA - SEMAUT

TRF 2 REGIÃO - REFORMA DO COMPLEXO PRECATORIAL - R02 - 3/2



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - Supervisor(a) / SEMAUT - 09/04/2024 às 13:38:02.
Documento Nº: 4038852.36446193-8614 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4069986-8539>

SIGA



TRF2INC202401062



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:32:36.
Documento Nº: 4038852.36446193-8614 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446193-8614>

SIGA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO ME e EPP
(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202__
Proc. nº TRF2-EOF-202_/0000

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (..) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

EMPRESA:

DATA:

ASSINATURA:



Autenticado com senha por ROSANA VILLELA DE SOUZA - Assessor(a) / AGOC - 12/07/2023 às 12:36:54.
Documento Nº: 3814886-1177 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3814886-1177>



TRF2CAP202316483

SIGA



TRF2EDT202400127A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:32:52.
Documento Nº: 4038852.36446201-7934 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446201-7934>



ANEXO IV
DECLARAÇÃO
(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e
229/2016)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/202_
Proc. nº TRF2-EOF-202_/0000

_____**DECLARA**, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



Autenticado com senha por ROSANA VILLELA DE SOUZA - Assessor(a) / AGOC - 12/07/2023 às 12:40:23.
Documento Nº: 3814898-300 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3814898-300>



TRF2CAP202316485

SIGA



TRF2EDT202400127A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:33:04.
Documento Nº: 4038852.36446208-7927 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446208-7927>





ANEXO V

DECLARAÇÃO

(Resolução nº 156/12/ CNJ e Resolução nº 9 de 06/12/2005, diploma alterador da Resolução nº 7 de 18/10/2005)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/xxxx
Proc. nº TRF2-EOF-xxxx/xxx

_____, **DECLARO**, sob as penas da lei, que não estou incurso(a) em qualquer das hipóteses previstas em lei ou nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 156 de 08.08.2012 do Conselho Nacional de Justiça.

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração e, ainda, a entregar as Certidões constantes do Art. 5º, §1º da resolução 156/12- CNJ, acompanhadas do comprovante de autenticidade.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



Autenticado digitalmente por ROSANA VILLELA DE SOUZA - 04/03/2024 às 19:24:49.
Documento Nº: 4038016.35452127-6498 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038016.35452127-6498>



Autenticado digitalmente por ROSANA VILLELA DE SOUZA - 13/03/2024 às 12:57:52.
Documento Nº: 4038016.35452127-6498 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038016.35452127-6498>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:33:14.
Documento Nº: 4038852.36446215-7899 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446215-7899>



SIGA



SIGA



SIGA



Autenticado digitalmente por ROSANA VILLELA DE SOUZA - 04/03/2024 às 19:24:49.
Documento Nº: 4030072.35375064-2922 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4030072.35375064-2922>



Autenticado digitalmente por ROSANA VILLELA DE SOUZA - 13/03/2024 às 12:57:52.
Documento Nº: 4038016.35452127-6498 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038016.35452127-6498>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:33:14.
Documento Nº: 4038852.36446215-7899 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446215-7899>



SIGA



SIGA



TRF2EDT202400127A

SIGA



ANEXO VI
DECLARAÇÃO

(Inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/xxxx
Proc. nº TRF2-EOF-xxxx/xxx

_____, **DECLARA**, em face do disposto no inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções 009/2005 e 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



Autenticado digitalmente por ROSANA VILLELA DE SOUZA - 04/03/2024 às 19:24:16.
Documento Nº: 4038072.35375100-3693 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038072.35375100-3693>



Autenticado digitalmente por ROSANA VILLELA DE SOUZA - 13/03/2024 às 12:58:16.
Documento Nº: 4038016.35452134-6526 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038016.35452134-6526>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:33:24.
Documento Nº: 4038852.36446217-7897 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446217-7897>



TRF2EOF202400060V01

SIGA



TRF2EOF202400077V01

SIGA



TRF2EDT202400127A

SIGA



Autenticado digitalmente por ROSANA VILLELA DE SOUZA - 04/03/2024 às 19:24:16.
Documento Nº: 4030072.35375100-3693 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4030072.35375100-3693>



Autenticado digitalmente por ROSANA VILLELA DE SOUZA - 13/03/2024 às 12:58:16.
Documento Nº: 4038016.35452134-6526 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038016.35452134-6526>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:33:24.
Documento Nº: 4038852.36446217-7897 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446217-7897>



TRF2EOF202400060V01

SIGA



TRF2EOF202400077V01

SIGA



TRF2EDT202400127A

SIGA



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª DA REGIÃO

INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, SITUADO NA RUA VISCONDE DE INHAUMA 68 - CENTRO - RIO DE JANEIRO/RJ.

ANEXO IV
COMPOSIÇÃO DO BDI

Bonificação	7,40%
ISS	3,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
Despesas Financeiras	1,23%
Administração Central	4,00%
Seguros / Garantia	0,80%
Riscos	1,27%
BDI Total	23,54%

OBS:

1 - A fórmula para cálculo da taxa a ser acrescida aos custos diretos de um empreendimento a título de Benefícios e Despesas Indiretas é:

$$BDI = \frac{(1 + A) * (1 + B + D) * (1 + C)}{(1 - E)} - 1, \text{ onde:}$$

A = DESPESAS FINANCEIRAS

B = ADMINISTRAÇÃO CENTRAL;

C = BENEFÍCIO / LUCRO;

D = RISCOS, SEGUROS E GARANTIAS;

E = ISS + PIS + COFINS

- Discriminação
2 do BDI

A - Despesas financeiras:

são aquelas decorrentes do custo do capital de giro para fazer frente às despesas realizadas antes do efetivo recebimento das devidas receitas. Foi apropriada por estimativa.

B - Administração Central:

são as despesas relativas à manutenção de parcela do custo do escritório central da empresa, tais como: instalações do imóvel/sede (custo de propriedade ou de locação de imóveis); aquisição e manutenção dos equipamentos da sede (computadores, ar condicionado, veículos e correlatos); despesas administrativas (secretaria, vigilante, auxiliar de escritório, contínuo, assessorias terceirizadas - ex. contabilidade); despesas com consumo (água, luz, telefone, material para escritório, material para limpeza, alimentos, etc). Foi apropriada por estimativa.

C - Benefício/Lucro:

é a parcela que contempla a remuneração do construtor, definidos com base em valor percentual sobre o total dos custos diretos e despesas indiretas, excluídas aquelas referentes às parcelas tributárias. A taxa adotada como benefício deve ser entendida como uma provisão de onde será retirado o lucro do construtor, após desconto de todos os encargos decorrentes de inúmeras incertezas que podem ocorrer durante as obras, difíceis de serem mensuradas no seu conjunto.

D - Riscos Imprevistos, Garantias e Seguros:

valores para cobertura de despesas imprevisíveis e os seguros e garantias estabelecidos no Projeto Básico.

E - Valores Relativos aos Tributos:

- Impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS, é imposto de competência municipal, consoante art. 156, inciso III, da Constituição Federal. Alíquota de 3% sobre o valor total da nota fiscal.

- Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, A taxa do PIS, definida pelos Decretos-Lei nº 2.445 e 2.449/88, é de 0,65% sobre a receita operacional bruta.

- Contribuição para o Programa de Financiamento da Seguridade Social - COFINS, definida pela Lei 9.718/98, é de 3%, sobre a receita operacional bruta.

RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES
SUPERVISOR DE ELETRICA - SEMAUT



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - Supervisor(a) / SEMAUT - 21/02/2024 às 16:45:11.
Autenticado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - Supervisor(a) / SEMAUT - 21/02/2024 às 16:44:59.
Documento Nº: 4022961-8384 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4022961-8384>



TRF2INC202400475

SIGA



TRF2EDT202400127A

SIGA



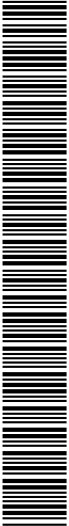
Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:33:36.
Documento Nº: 4038852.36446230-7842 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446230-7842>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:34:43.
Documento Nº: 4038852.36446236-7836 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446236-7836>



Assinado com senha por GUILHERME ESTEVÃO XAVIER - Assistente IV / SEMAUT - 21/02/2024 às 17:06:57.
Documento Nº: 4023038-220 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4023038-220>



TRF2EDT202400127A

ANEXO V - CRONOGRAMA FÍSICO																																														
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO																																														
INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, SITUADO NA RUA VISCONDE DE INHAÚMA 68 - CENTRO - RIO DE JANEIRO/RJ.																																														
ITEM	PRAZO (DIAS CORRIDOS)																																													
	45																																													
1																																														
2																																														
3																																														
4																																														
5																																														
6																																														
7																																														



TRF2INC202400479

Modelo de Placa de Obra



Assinado com senha por GUILHERME ESTEVÃO XAVIER - Assistente IV / SEMAUT - 21/02/2024 às 17:09:00.
Documento Nº: 4023047-5628 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4023047-5628>



TRF2INC202400481

SIGA

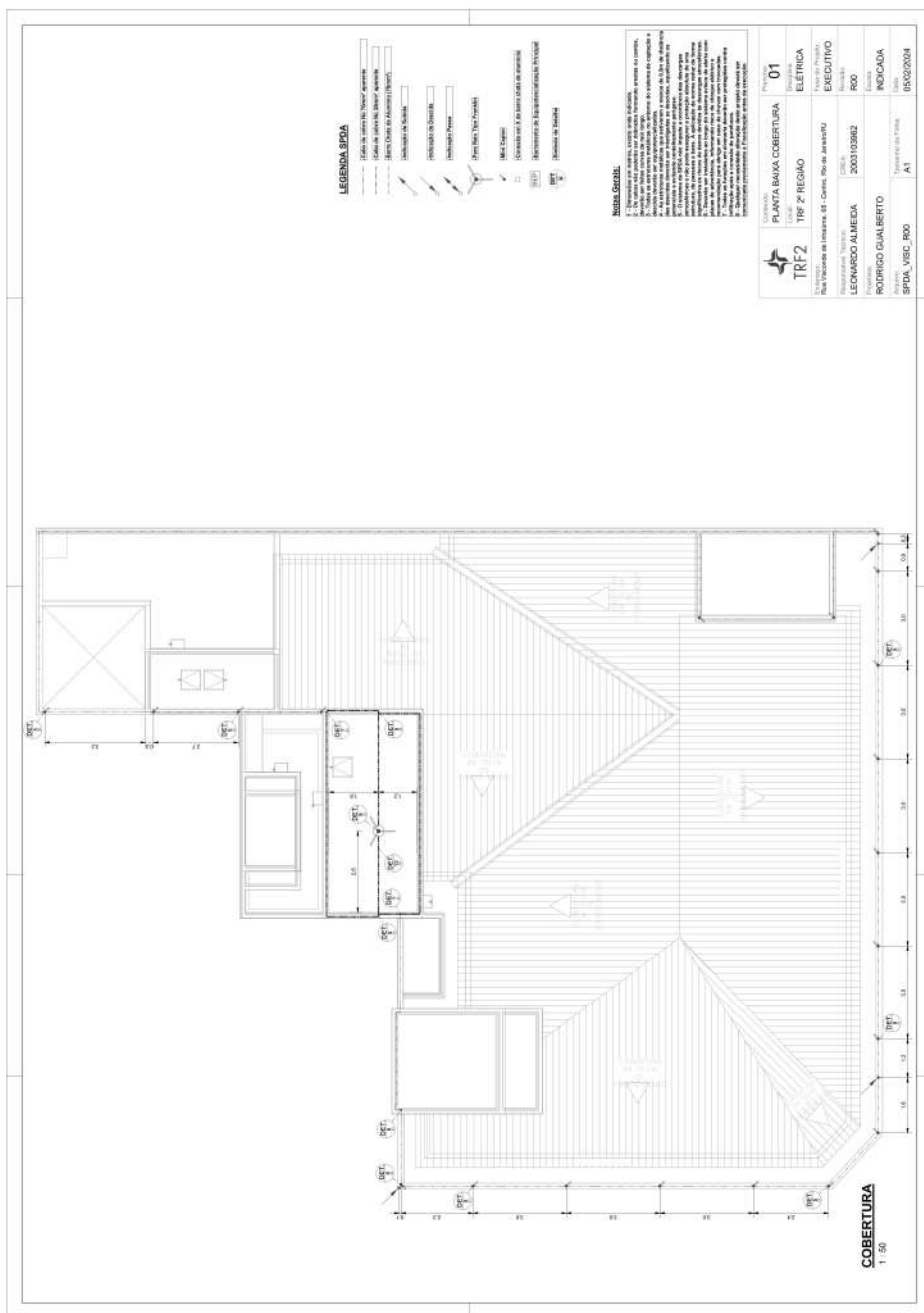


TRF2EDT202400127A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:34:56.
Documento Nº: 4038852.36446247-7804 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446247-7804>



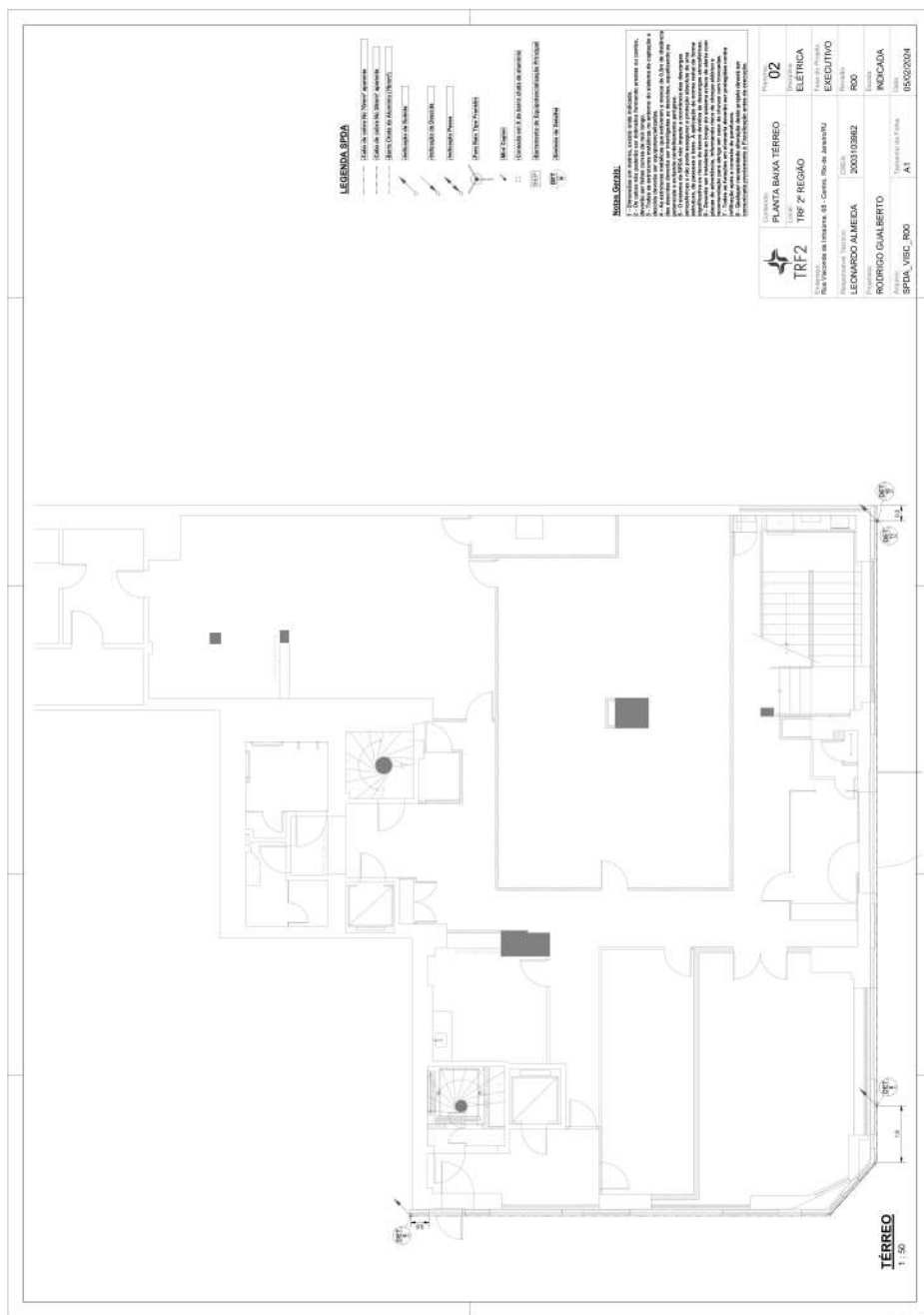
Autenticado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - Supervisor(a) / SEWAUT - 28/02/2024 às 11:41:22.
Documento Nº: 4029200-8620 - consulta à autenticidade em <https://siga.ijfzj.gov.br/sigaex/public/app/autenticar/?n=4029200-8620>

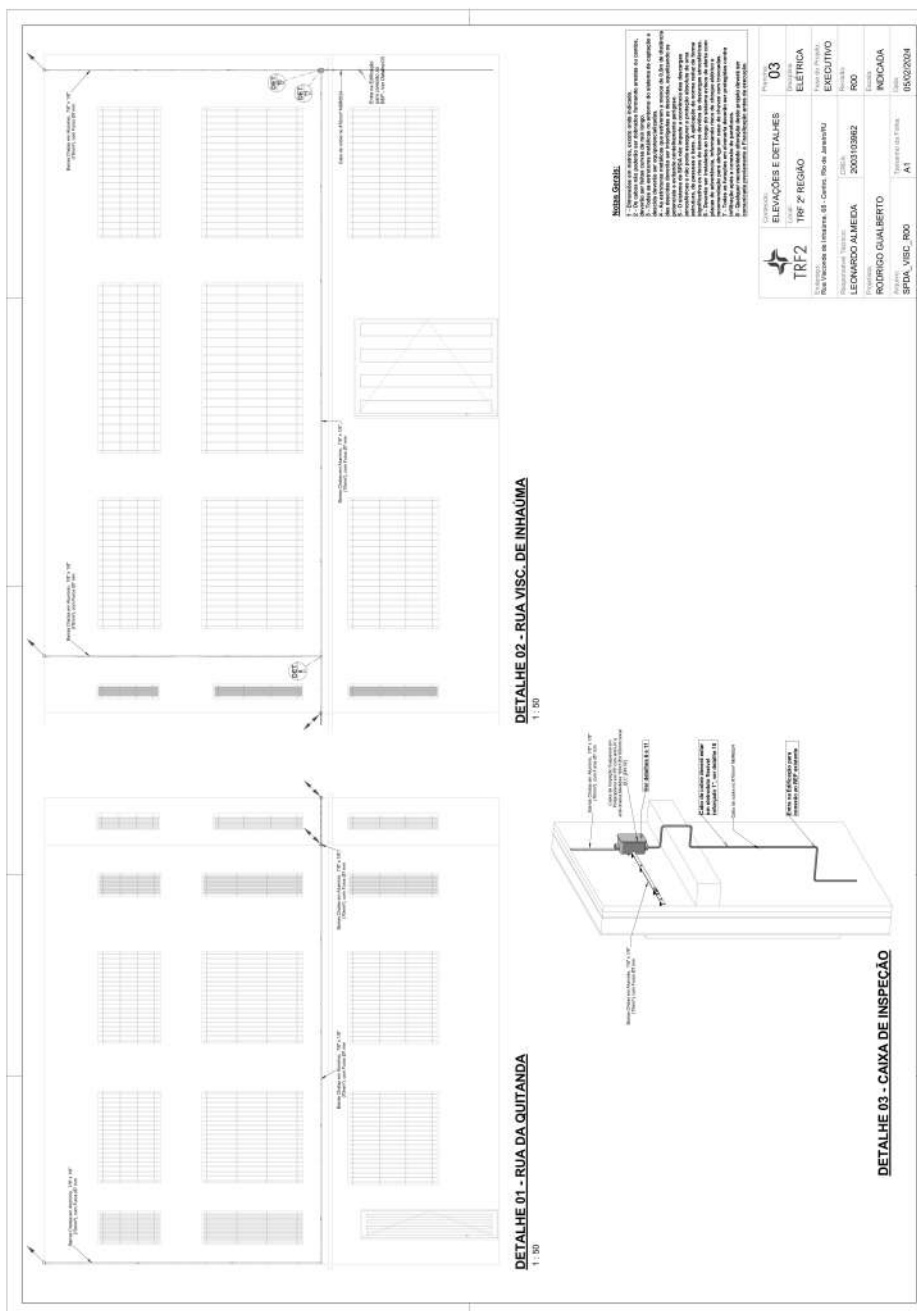


TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:35:25.
Documento Nº: 4038852.36446252-7778 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446252-7778>





Autenticado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - Supervisor(a) / SEMAUT - 28/02/2024 às 11:40:33.
Documento Nº: 4029197-8620 - consulta à autenticidade em <https://sigafex/public/app/autenticar/?n=4029197-8620>



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:35:53.
Documento Nº: 4038852.36446262-7747 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446262-7747>



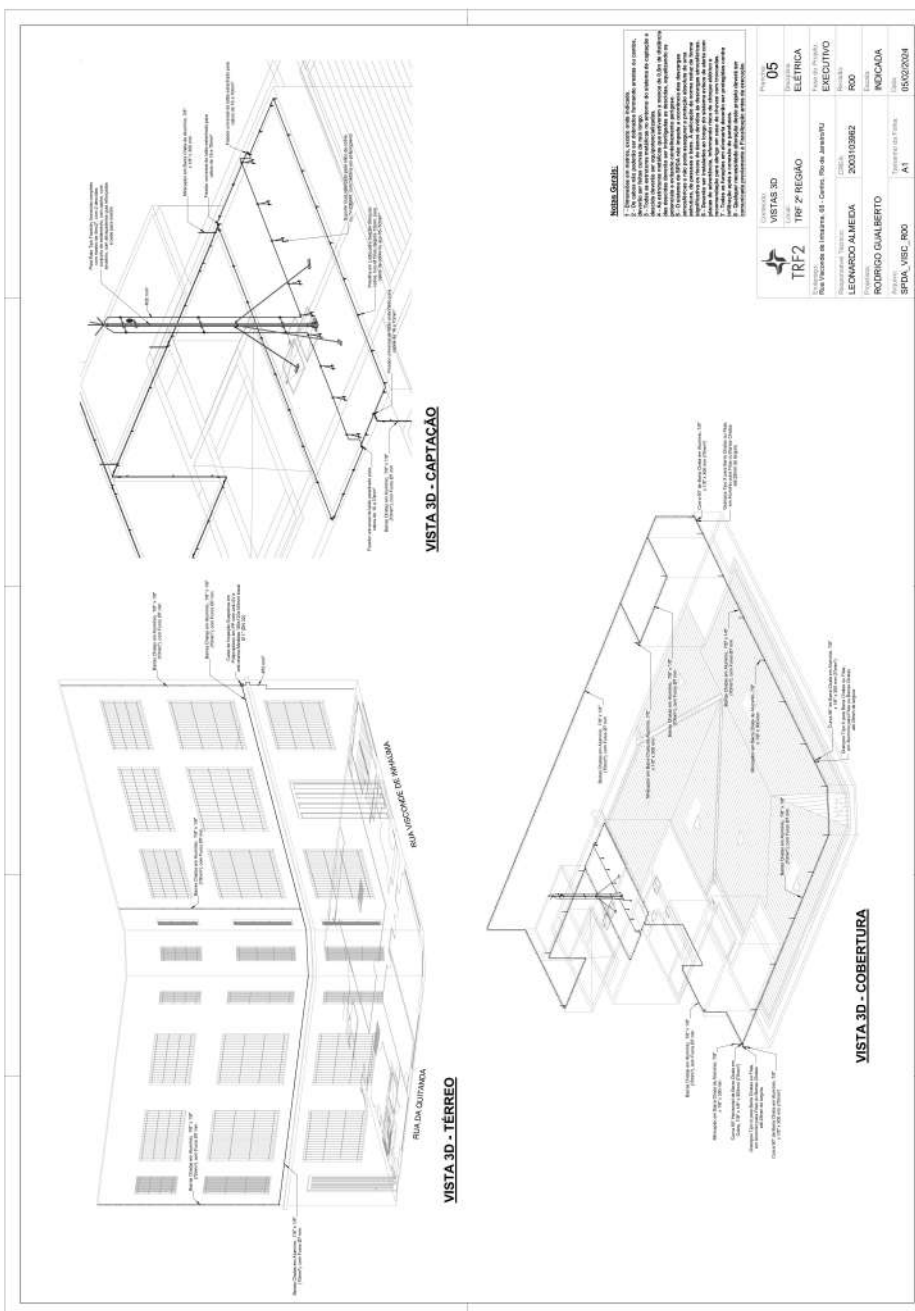
Autenticado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - Supervisor(a) / SEMAUT - 28/02/2024 às 11:39:50.
Documento Nº: 4029196-8620 - consulta à autenticidade em <https://sigla.ifrr.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4029196-8620>



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:36:04.
Documento Nº: 4038852.36446266-7743 - consulta à autenticidade em
<https://siga.ifrr.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446266-7743>



Autenticado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - Supervisor(a) / SEMAUT - 28/02/2024 às 11:39:02.
Documento Nº: 4029195-8620 - consulta à autenticidade em <https://sigafex/public/app/autenticar/?n=4029195-8620>



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:36:15.
Documento Nº: 4038852.36446274-7714 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36446274-7714>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2024/_____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS
PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA
DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA), NO PRÉDIO
E TRIBUNAL, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL
FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Proc. Adm. Digital n.º TRF2-EOF-2024/00077

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor-Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, no uso de suas atribuições regimentais, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo nº TRF2-EOF-2024/00077, e em consequência do Pregão Eletrônico nº ____/2024, fundamentado na Lei nº 14.133/2023, homologado em ____/____/2024, conforme despacho nº TRF2-DES-2024/_____, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de prestar serviços especializados para instalação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) para o prédio deste E. Tribunal, sujeitas as partes às normas da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2024/_____ - Empresa contratada (ng) *MINUTA*

Pág. 1



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 12/07/2024 às 17:55:11.
Documento Nº: 4165427-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4165427-4878>

SIGA



TRF2CAP202419875



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:36:34.
Documento Nº: 4038852.36451482-1197 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36451482-1197>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00077

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados para instalação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) para o prédio deste E. Tribunal, situado na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, Centro, Rio de Janeiro/RJ, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI, VIII, VIII e IX e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1.1 - Os serviços objeto do presente Contrato estão detalhadamente descritos no SUBITEM 1.1.2 do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.2 - DA FORMA DE EXECUÇÃO:

2.2.1 – Os serviços deverão ser executados conforme descrito no SUBITEM 1.1.3 e no ITEM 3 do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.3 - DO LOCAL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.3.1 – Os serviços serão executados no prédio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, situado na Rua Visconde de Inhaúma, 68 – Centro – Rio de Janeiro/RJ.

2.3.2 - O prazo de execução dos serviços é de ____ (_____) dias corridos, [no máximo 45 (quarenta e cinco) dias corridos, conforme Proposta], contado a partir do 1º dia subsequente à data do Recebimento do Termo de Início dos Serviços.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES:

3.1 – São obrigações da Contratada, além das constantes no ITEM 1.11 do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

3.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.1.2 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

3.1.3 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente

Contrato nº TRF2-CON-2024/ ____ – Empresa contratada (ng) MINUTA

Pág. 2



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 12/07/2024 às 17:55:11.
Documento Nº: 4165427-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4165427-4878>



TRF2CAP202419875

SIGA



TRF2EDT202400127A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:36:34.
Documento Nº: 4038852.36451482-1197 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36451482-1197>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00077

às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

3.1.3.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

3.1.4 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

3.1.5 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

3.1.5.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

3.1.6 - A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021.

3.1.7 - A Contratada deverá observar os requisitos técnicos e de qualidade e de sustentabilidade, discriminados nos ITENS 4.1 e 4.2 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3.2 – São obrigações do Contratante as constantes no ITEM 1.12 do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

4.1 - DO PREÇO:

4.1.1 – As Planilhas de Custos e Formação de Preços apresentadas pela Contratada por ocasião da homologação do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integram este Contrato, assim como a proposta por ela apresentada, discriminada na Cláusula Nona.

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa contratada (ng) *MINUTA*

Pág. 3



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 12/07/2024 às 17:55:11.
Documento Nº: 4165427-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4165427-4878>

SIGA



TRF2CAP202419875



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:36:34.
Documento Nº: 4038852.36451482-1197 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36451482-1197>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00077

4.1.2 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

4.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada deverão estar incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos as despesas pertinentes à perfeita execução do objeto contratado.

4.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.2.1 - O pagamento será efetuado através de medições mensais dos serviços efetivamente executados e aceitos pela Fiscalização, de acordo com os preços unitários constantes na planilha de preços apresentada pela Contratada, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente por ela indicada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

4.2.1.1 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

4.2.1.1.1 - A Contratada apresentará, com antecedência de 05 (cinco) dias úteis, previsão de medição no período para aprovação da fiscalização.

4.2.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

4.2.1.3 - Para fins do disposto no subitem 4.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

4.2.2 - O documento fiscal, deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br, acompanhado da documentação a seguir:

4.2.2.1 - Carta de Apresentação da Cobrança;

4.2.2.2 - Documento Fiscal Hábil;

4.2.2.3 - Boletim de Medição;

4.2.2.4 - Memória de cálculo da medição;

4.2.2.5 - Registro fotográfico dos serviços executados.

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ - Empresa contratada (ng) *MINUTA*

Pág. 4



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 12/07/2024 às 17:55:11.
Documento Nº: 4165427-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4165427-4878>



TRF2CAP202419875

SIGA



TRF2EDT202400127A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:36:34.
Documento Nº: 4038852.36451482-1197 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36451482-1197>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00077

4.2.3 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 4.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

4.2.4 - Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

4.2.5 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no item anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nºs 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.

4.2.6 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/21, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

4.2.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 4.2.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

4.2.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012- Plenário-TCU).

4.2.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

4.2.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 - A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme ITEM 11 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

5.1.1 - Nota de Empenho: _____.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES:

6.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no ITEM 17 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

Contrato nº TRF2-CON-2024/ ____ – Empresa contratada (ng) *MINUTA*

Pág. 5



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 12/07/2024 às 17:55:11.
Documento Nº: 4165427-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4165427-4878>

SIGA



TRF2CAP202419875



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:36:34.
Documento Nº: 4038852.36451482-1197 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36451482-1197>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00077

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS:

7.1 - A fiscalização do Contrato acompanhará o desempenho da Contratada com base nas obrigações e forma de execução, descritas neste Contrato. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, que estão dispostas no ITEM 11 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA EXTINÇÃO:

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e na Lei nº 14.133/2021.

8.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

8.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

9.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem às estipulações aqui firmadas:

- Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX;
- Proposta, datada de ____/____/2024, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (TRF2-CAP-2024/____);
- Certificado de Vistoria, se houver, emitido pela a Seção de Manutenção Elétrica do Contratante - SEMAUT, comprovando que a Contratada tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, conforme documento nº TRF2-CAP-2024/____.

9.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa contratada (ng) *MINUTA*

Pág. 6



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 12/07/2024 às 17:55:11.
Documento Nº: 4165427-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4165427-4878>



TRF2CAP202419875

SIGA



TRF2EDT202400127A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:36:34.
Documento Nº: 4038852.36451482-1197 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36451482-1197>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00077

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO:

10.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

10.2 - Competem à Fiscalização, entre outras atribuições:

10.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

10.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

10.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

10.2.4 - Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.

10.2.5 - Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações.

10.2.6 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.2.7 - Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

10.2.8 - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento.

10.3 - A fiscalização técnica do Contrato avaliará a entrega do material para evitar que a Contratada deixe de produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.4 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

10.5 - Na hipótese de contratação de terceiros para assistir e subsidiar a fiscalização, prevista no art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133/21, deverão ser observadas as seguintes regras:

10.5.1 - A Contratada assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de Contrato;

10.5.2 - A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do Contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Contrato nº TRF2-CON-2024/ ____ – Empresa contratada (ng) *MINUTA*

Pág. 7



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 12/07/2024 às 17:55:11.
Documento Nº: 4165427-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4165427-4878>



TRF2CAP202419875

SIGA



TRF2EDT202400127A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:36:34.
Documento Nº: 4038852.36451482-1197 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36451482-1197>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00077

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:

11.1 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1.1 - O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no ITEM 15 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

11.1.2 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período estabelecido no Contrato.

11.1.2.1 – Caso a não conclusão decorrer de culpa da Contratada:

a) A Contratada será constituída em mora, aplicáveis a ela as penalidades estabelecidas no ITEM 17 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

b) O Contratante poderá optar pela extinção do Contrato, estabelecida na Cláusula Oitava.

11.2 – DO PRAZO DE GARANTIA:

11.2.1 – O prazo de garantia dos serviços é de ____ (____) ano, [no mínimo, 01 (um) ano, conforme Proposta], contado a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo sobre quaisquer defeitos provenientes de erros e/ou omissões, mesmo aqueles decorrentes de erros de concepção, matéria-prima, fabricação, inspeção, ensaios, embalagem, transportes, manuseios, montagem, comissionamento, treinamentos, etc., excluindo-se, todavia, danos ou defeitos decorrentes do desgaste de uso anormal e influências externas de terceiros não imputáveis à Contratada.

11.2.2 – Durante o período da garantia, a Contratada responderá por todos os problemas com os equipamentos e intermediará o processo com os fabricantes.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

12.1 - O recebimento do objeto deste Contrato está detalhadamente descrito no ITEM 15 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa contratada (ng) *MINUTA*

Pág. 8



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 12/07/2024 às 17:55:11.
Documento Nº: 4165427-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4165427-4878>

SIGA



TRF2CAP202419875



TRF2EDT202400127A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:36:34.
Documento Nº: 4038852.36451482-1197 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36451482-1197>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00077

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

14.1 – O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

14.2 – No que se refere à alteração unilateral, mencionada no item anterior, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

14.2.1 – As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

14.3 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

14.4 – Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos documentos fiscais pendentes de pagamento, em decorrência de descumprimento contratual.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor-Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa contratada (ng) *MINUTA*

Pág. 9



Autenticado com senha por CLAUDIA PINTO SIMÕES - Supervisor(a) / DCONT - 12/07/2024 às 17:55:11.
Documento Nº: 4165427-4878 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4165427-4878>



TRF2CAP202419875

SIGA



TRF2EDT202400127A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 16/07/2024 às 17:36:34.
Documento Nº: 4038852.36451482-1197 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038852.36451482-1197>

